

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA
REALIZADA A 18 de MAIO DE 2023.

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três pelas dez horas e trinta e cinco minutos na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira na Praia da Vitória, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira em sessão ordinária.

Nesta reunião estiveram presentes os seguintes conselheiros:

Presidentes de assembleias municipais:

Tânia Gil da Rocha Lemos – Em substituição do Sr. presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. (1.º Secretário da Mesa).

Paulo Manuel Martins Luís – Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. (Vice-presidente da Mesa).

Presidentes de câmaras municipais:

José Gabriel do Álamo de Meneses – Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira – Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Membros eleitos pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo:

Marcelo Leal Pamplona, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Membros eleitos pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória:

José Adriano Meneses Laranjo, Maria Judite Gomes Parreira, Valdemar Manuel Dias Toste, Valter Manuel Linhares Peres.

Presidentes de juntas de freguesia da ilha Terceira:

Paulo Rui Pacheco de Sousa – Presidente da Junta de Freguesia das Fontinhas (PV).

Representantes dos setores empresariais:

Marcos Duarte Machado do Couto – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. (Presidente da Mesa).

Helga da Rocha Barcelos – Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Representante das associações agrícolas:

José António Sozinho Azevedo – AAIT. (2.º Secretário da Mesa).

Representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social:

João Canedo Reis – URIPSSA.

Representante das associações não-governamentais ligadas ao ambiente:

Paulo José Mendes Barcelos – Os Montanheiros.

Representante das associações de defesa da igualdade de género:

Raquel Azevedo Silva Cardoso Costa – UMAR.

Representante da universidade dos Açores:

Paulo João de Lemos Cabral de Sousa Fialho.

Deputados em representação da ilha Terceira na ALRAA:

Andreia Costa (PS), Guilhermina Silva (PSD), Nídia Inácio (PSD), Pedro Pinto (CDS-PP), Rudolfo Franca (PS).

Ausências justificadas:

Carlos Henrique da Costa Neves – Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa – Presidente da Junta de Freguesia da Sé (AH).

Orivaldo Manuel Bettencourt da Costa Chaves – UGT.

Ausências não justificadas:

João Paulo da Costa Moniz – Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento (AH).

José Miguel de Freitas Toste – Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Paulo Rocha – FRUTER.

Paulo Rogério Pereira de Melo – Associação Terceirense de Armadores.

Vítor Silva – CGTP.

Deputados: **Alexandra Manes (BE), Berto Messias (PS), Francisco Coelho (PS), Luís Soares (PSD), Paulo Gomes (PSD), Tiago Lopes (PS).**

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 – Aprovação das atas de reuniões anteriores do Conselho de Ilha.

O senhor presidente da Mesa pôs à discussão e votação as atas de reuniões anteriores do Conselho de Ilha da Terceira.

- *A ata da reunião ordinária do Conselho de Ilha realizada a 18 de outubro de 2022 foi aprovada por unanimidade.*
- *A ata da reunião ordinária do Conselho de Ilha realizada a 26 de janeiro de 2023 foi aprovada por maioria com 4 abstenções.*
- *A ata da reunião extraordinária do Conselho de Ilha realizada a 23 de fevereiro de 2023 foi aprovada por maioria com 6 abstenções.*

Ponto 2 – Apresentação da GLEX Summit 2023.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Muito bom dia a todos os senhores conselheiros.

A GLEX Summit realizou-se o ano passado na ilha de São Miguel. Dada a sua importância, houve a possibilidade de trazermos o evento para a ilha Terceira, por isso contactámos a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que se disponibilizou a financiá-lo. Pelas reuniões de

acompanhamento que temos tido, devo assumir que a GLEX Summit está a superar todas as expectativas, não só no que diz respeito à qualidade dos seus intervenientes, como também à quantidade de visitantes que poderá trazer à ilha Terceira. Reúne os maiores exploradores de renome mundial na área da terra, do ar, do mar e do espaço e será acompanhada aqui na ilha por diversas instituições com grande destaque nos media internacionais.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Bom dia a todos.

Considero de grande importância o investimento que está a ser feito na realização deste evento na ilha Terceira que resultou de um trabalho conjunto com a Câmara do Comércio, uma forma de contrariarmos o que tem vindo a acontecer do ponto de vista da visibilidade da ilha, dado que temos estado a ser menos promovidos do que aquilo que deveríamos.

Em parceria com a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, temos vindo a fazer um conjunto de investimentos, nalguns casos vultuosos, como a realização da GLEX Summit. Conseguiu-se já o apoio do Governo da República, que suportará uma parte substancial dos custos, mas infelizmente não obtivemos ainda uma resposta da parte do Governo Regional; as expectativas não são as mais positivas e provavelmente não terá participação. Ainda assim, o evento vai ocorrer porque é extremamente valioso para a nossa promoção e insere-se num conjunto de outras atividades que têm vindo a ser levadas a cabo com a Câmara do Comércio, nomeadamente a edição de excelentes guias turísticos. Com as despesas integralmente suportadas pelo município de Angra do Heroísmo, temos um guia em português e outro em francês e dentro de pouco tempo teremos também um em inglês, que se espera poder ser apresentado nas próximas semanas.

Gostaria de destacar também a colocação do município de Angra no mapa do audiovisual, com a câmara que foi ontem apresentada e já se encontra a funcionar. As imagens obtidas ficarão disponíveis de forma gratuita e sem a reserva de quaisquer direitos para quem as pretenda utilizar e integrar nos seus *sites* ou, por exemplo, nas suas páginas do Facebook. Tudo isto tem a ver com esta estratégia de promoção que este ano tem o seu maior investimento, exatamente com a realização da GLEX Summit.

Quero manifestar o meu agradecimento à Câmara do Comércio e ao seu presidente pelo excelente trabalho que têm vindo a fazer. Sem a colaboração da Câmara do Comércio não seria possível ao município desenvolver este tipo de atividades que são tipicamente voltadas para o fomento da economia.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Esta manhã recebi uma mensagem por correio eletrónico que me deixou muito satisfeito, ou seja, um pedido por parte do jornal londrino Daily Mail para se credenciar junto da GLEX Summit e assim poder acompanhar todo o evento. Teremos também outros jornais internacionais mas este foi o último a mostrar interesse em estar presente, o que demonstra a visibilidade e a projeção internacional deste evento junto também de cadeias de televisão como a CNN Internacional e de outros fóruns económicos e empresariais.

A senhora Filipa Azevedo Coutinho, intervindo por videoconferência, fez uma breve apresentação da GLEX Summit 2023.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): A GLEX Summit decorrerá nos dias 14, 15 e 16 de junho e trará à nossa ilha vários exploradores, astronautas da NASA e também a chefe da missão a Marte. Em conjunto com a Secretaria Regional da Educação, procuraremos fazer com que estes especialistas possam partilhar os seus conhecimentos e experiências com as nossas escolas. Haverá uma videoconferência entre todas as escolas da região, que escolherão nove perguntas previamente selecionadas que serão colocadas à doutora Nina Lanza da NASA que terá a oportunidade de responder diretamente via «Zoom». Teremos também cá na ilha, a primeira mulher astronauta que se deslocará a várias escolas para interagir diretamente com os alunos do nosso meio.

Numa decisão conjunta entre a Câmara do Comércio e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ficou definido que os professores do ensino secundário terão acesso gratuito para poderem participar também nas diversas conferências inseridas na GLEX Summit 2023. Os senhores conselheiros ficam desde já convidados para participarem no evento mas receberão depois formalmente os respetivos convites que estamos já a ultimar.

Conselheira Andreia Costa (deputada do PS na ALRAA): Muito bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhores conselheiros aqui presentes.

Intervenho para felicitar a Câmara do Comércio e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo por esta iniciativa que coloca a ilha Terceira e os Açores no panorama internacional em questões tão estruturais para o nosso planeta. Espero que o evento traga os melhores à ilha Terceira e decorra da melhor forma para projetar a nossa ilha no exterior.

Conselheiro Paulo Barcelos (Os Montanheiros): Bom dia a todos.

As repercussões destas cimeiras vão muito além das datas em que ocorrem. Informo que existem contactos entre a organização da GLEX Summit e Os Montanheiros para se estudar a possibilidade de se encontrar uma cavidade vulcânica que sirva propósitos futuros com a instalação de equipamentos, podendo eventualmente servir de habitat a algum residente por um ou dois dias ou durante o tempo que acharem necessário, pensando já nas missões exploratórias e de fixação em Marte e na Lua, nomeadamente em cavidades vulcânicas que é o que têm para servir de abrigo.

Quaisquer projetos que possam vir a ser implementados na sequência da realização da GLEX Summit são muito valiosos para a ilha Terceira. Graças a este evento, não está fora de questão a presença futura nesta ilha de astronautas da NASA, exatamente para se aclimatarem a esse tipo de ecossistemas muito particulares e semelhantes que poderão vir a encontrar nesses planetas.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Não posso deixar de destacar a ajuda prestada pelos Montanheiros nesta promoção, lembrando que, da primeira vez que a GLEX cá veio, pretendia visitar o Algar do Carvão exatamente com esse objetivo. O local encontrava-se

fechado mas liguei ao Paulo Barcelos e disponibilizaram uma pessoa para o abrir propositadamente. Os visitantes ficaram muito impressionados com o Algar do Carvão e tudo se alavancou a partir daí.

Ponto 3 – Solicitação de parecer escrito sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 58/XII – “Primeira Alteração do Decreto Legislativo Regional N.º 7/2022/A de 6 de abril.”

Conselheiro Paulo Luís (presidente da AMPV): Muito bom dia a todos.

Este ponto foi introduzido na Ordem de Trabalhos porque a Mesa do Conselho de Ilha recebeu um pedido de análise e parecer sobre o Decreto Regional N.º 7/2022/A de 6 de abril. Segundo a documentação que foi enviada à Mesa do Conselho de Ilha e facultada aos senhores conselheiros, para além das considerações iniciais do motivo da alteração, passa a ser prorrogado o prazo da inclusão das regras de classificação dos solos até 31 de dezembro de 2025. Neste caso os Planos Diretores Municipais terão que ser contemplados com algumas alterações até à data limite de 30 de abril de 2025.

Conselheira Vânia Ferreira (presidente da CMPV): Bom dia senhor presidente e senhores secretários da Mesa, caros conselheiros. Sejam bem-vindos à Praia da Vitória.

O pedido chegou-nos apenas ontem mas os municípios estão a organizar-se para darem parecer em relação a esta matéria que é sensível e este prolongamento dos prazos poderá ser proveitoso para as nossas entidades. O município da Praia da Vitória teria todo o interesse em ver a situação do PDM terminada no final do ano 2023 mas receávamos não o conseguir face à natureza delicada de toda esta matéria. Os municípios têm todo o interesse em finalizar o quanto antes os seus PDM, caso contrário, sabemos que o acesso a fundos poderá ficar condicionado, por isso este alargamento de datas poderá ser uma mais-valia.

Conselheiro José Azevedo (AAIT): Muito bom dia a todos.

A minha preocupação prende-se com possíveis implicações nos pedidos de licenciamento e construções por parte dos particulares ou das empresas enquanto os Planos Diretores Municipais não forem atualizados. Sei que o PDM do município da Praia da Vitória encontra-se numa fase de reestruturação, havendo uma situação um pouco complexa nos Biscoitos que levou à criação de uma petição que está já a circular. Por uma questão de esclarecimento e para que os munícipes saibam com o que podem contar, gostaria de saber se a situação se manterá como até agora enquanto o PDM não for alterado ou haverá eventuais implicações nas construções.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Como disse a minha colega presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, este diploma não nos traz qualquer desvantagem, antes pelo contrário, e sendo a questão colocada no concreto, há um elevado grau de complexidade devido a um conjunto de outras questões.

No concelho de Angra, o que mais problemas tem causado na relação com a lavoura é a reserva ecológica, uma questão muito complexa, particularmente na zona dos Cinco Picos, que tem criado graves dificuldades a quem ali pretende construir instalações de ordenha ou outras de maior dimensão. O problema tem-se revelado muito complicado e levou a medidas relativamente excepcionais no sentido de, periodicamente, se ir resolvendo as tensões criadas. E esta matéria nada tem a ver com isto porque não atrasa nem adianta a elaboração dos PDM e apenas nos dá um prazo maior.

Tencionamos ter o PDM aprovado no fim do ano mas esse objetivo ficará provavelmente prejudicado devido à introdução de um fator perturbador que é a revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira. Uma situação acabará por interferir com a outra e talvez tenhamos que fazer um compasso de espera por causa do POC. Por haver aqui um conjunto de implicações cruzadas, esta não é uma questão que os municípios possam controlar isoladamente porque a revisão do POC foi um pouquinho extemporânea. Na verdade, pouco ou nada havia a rever e melhor seria se nada tivesse sido feito, mas não foi essa a opção tomada. Como resultado, temos agora um outro processo sobreposto ao processo de revisão, sendo certo que a legislação regional não diz que o POC é obrigatório e seria até desnecessário.

Os municípios dos Açores que estejam em processo de revisão do PDM depararam-se com problemas aqui e ali por causa desta lei. Neste momento, enquanto decorre a discussão do POC, estamos a ter sérias dificuldades devido a uma situação de suspensão de licenciamentos numa faixa que, nalguns casos, atinge os 500 metros contados a partir do mar e abrange uma percentagem muito razoável das zonas habitadas. Num contacto com o senhor Secretário Regional do Ambiente, felizmente foi possível ultrapassar uma boa percentagem dos problemas mas há perturbações que poderão levar a algum atraso; contudo, a questão concreta que foi aqui colocada não tem uma resposta aqui em que apenas é permitido um alargamento dos prazos.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Coloco à votação o parecer do Conselho de Ilha acerca da proposta constante do nosso Ponto 3 e sugiro que anexemos posteriormente os pareceres das câmaras municipais.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Dada a simplicidade da questão e por ser favorável aos interesses do município, darei já aqui o parecer positivo da Câmara Municipal de Angra que ficará a constar também na respetiva ata. É apenas uma questão de alteração de datas, por isso nada temos a opor.

Conselheira Vânia Ferreira (presidente da CMPV): Podemos fazê-lo da mesma forma, ficando assim registado o parecer positivo da Câmara Municipal da Praia da Vitória. Se entenderem necessário um parecer posterior por escrito, fá-lo-emos chegar à Mesa do Conselho de Ilha.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Fica assim registado o parecer positivo por parte das câmaras municipais.

Ponto 4 – Outros assuntos.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Gostaria de voltar a um assunto relacionado com os transportes aéreos e com as acessibilidades à ilha Terceira, que é já um clássico das nossas reuniões, manifestando aqui uma preocupação que várias pessoas me fizeram chegar relacionada com os preços absolutamente excessivos das viagens aéreas daqui para o continente. A situação não nos afeta diretamente enquanto cidadãos residentes porque temos direito ao reembolso, embora quem não consiga o adiantamento por parte da sua agência de viagens, se veja obrigado a desembolsar o valor total e às vezes não o pode fazer porque não tem o dinheiro. Estes preços são também um forte impedimento às ligações com origem fora dos Açores até aqui, já que esses passageiros não têm direito a qualquer reembolso e os preços são absolutamente proibitivos.

O pagamento de setecentos ou oitocentos euros por uma viagem de duas horas e meia é excessivo, o que demonstra um absoluto descontrolo da situação, e este dinheiro sai-nos depois indiretamente do bolso enquanto contribuintes. O que está a acontecer é que as companhias de transportes aéreos estão claramente a financiar-se junto do Estado à nossa conta, uma situação que não é razoável e distorce o mercado, por isso este Conselho de Ilha deve, mais uma vez, dizer uma palavra sobre isto. Esta situação vem demonstrar que o atual sistema de financiamento ou de ajuda ao transporte não está certo e precisa de uma alteração urgente, sob pena de haver aqui uma verdadeira sangria do erário público para o financiamento das empresas, o que vai contra os interesses de todos nós.

É importante repensarmos esta arquitetura que, da maneira como está, serve apenas as empresas e não os cidadãos. Neste contexto, começa a haver também falta de lugares, uma situação que leva a um conjunto de consequências graves e dificuldades de previsibilidade em viagens de negócios e outras em que as pessoas têm obrigatoriamente que viajar num determinado dia. Tudo isto se reflete em custos elevados para o tecido económico das empresas que são os principais utilizadores deste tipo de viagens. O sistema tem obrigatoriamente que ser revisto porque a oferta está neste momento claramente abaixo da procura.

Um outro problema é o transporte inter-ilhas. Como se insistiu na concentração de todos os voos em Ponta Delgada, um turista que nesta altura queira viajar de fora de Portugal até à ilha Terceira, dificilmente cá chegará neste verão porque os voos de ligação estão saturados, as pessoas terão que ficar em Ponta Delgada e os custos aumentam substancialmente. Não há subsidiação ao transporte porque os sessenta euros são apenas para os que cá vivem, havendo também aqui consequências pesadas para o funcionamento do tecido económico. Já falámos nisto umas cinquenta vezes mas creio que o assunto deveria passar mais uma vez pelo Conselho de Ilha.

Não quero que pensem que sou aqui advogado do Governo da República e muito menos que me pagou para o representar, mas estamos a viver uma situação um pouco estranha e qualquer coisa que aqui aconteça, o Governo da República que pague. Ora, os impostos que

são cobrados nos Açores ficam cá, assim como as medidas que aqui são tomadas. Nunca vi os lavradores do continente reclamarem as mesmas ajudas do Estado que os lavradores dos Açores têm, nem vi os passageiros que cá se deslocam de avião, exigirem os mesmos sessenta euros que são atribuídos aos residentes na região.

Se queremos ser uma região autónoma, temos que aplicar as nossas próprias medidas políticas sem passarmos o tempo a atirar as culpas para cima dos outros, sob pena de passarmos de uma autonomia progressiva para uma autonomia mendicante que era boa para os frades que antigamente moravam nesta casa, mas atualmente não nos serve se pretendemos ser uma região autónoma. Há que pôr ordem nisto, sob pena de cairmos em total descrédito.

Quando a região aprova – e bem – alterações ao estatuto da carreira docente, ao mesmo tempo diz que não pode aprovar alterações ao estatuto dos trabalhadores dos matadouros. Afinal, uns são filhos de Deus e os outros são filhos de quem? A constituição é diferente para professores e para trabalhadores de matadouros? Há aqui enormes paradoxos que não podemos admitir sob pena de a nossa autonomia se desfazer e estamos a chegar àquele ponto em que as coisas começam a não fazer sentido. Esta não é uma consideração apenas para o Conselho de Ilha porque a ilha Terceira faz parte da região autónoma dos Açores e a autonomia também nos diz respeito.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): A questão das ligações aéreas tem sido uma grande preocupação da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. Falámos com a SATA mas não obtivemos resultados práticos e vamos agora pedir uma reunião com o novo CEO da TAP e com a RYANAIR para que possamos, de alguma forma, reforçar as ligações aéreas.

De acordo com o *feedback* que temos recebido da parte de algumas unidades hoteleiras e de alojamento local, as pessoas têm cancelado as reservas por não conseguirem voo, tal é a dificuldade em chegar à ilha Terceira, por isso esperamos que os contactos que pretendemos estabelecer junto das companhias aéreas levem a algum reforço das ligações. Numa primeira abordagem que fizemos, foi-nos dito que a TAP está muito focada no mercado brasileiro e não há aviões, mas com um pouco de boa vontade, as companhias aéreas poderão reforçar as ligações à ilha Terceira.

No que toca às ligações inter-ilhas, o que se vê é que neste momento as ilhas mais pequenas e sem ligação ao exterior estão a ser fortemente prejudicadas pela concentração da SATA em Ponta Delgada nos últimos anos e chega-se a uma altura em que não há capacidade para mais. Com a descentralização da SATA para os outros *gateways*, conseguiríamos fazer chegar as pessoas a essas ilhas, uma situação que tive a oportunidade de transmitir à senhora Secretária, que manifestou alguma sensibilidade sobre o assunto, mas ficou-se pela sensibilidade e vamos ver se passará aos atos.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Embora por via indireta, esta oferta de lugares vai parar à questão do preço. Fazendo um simples cálculo, se eu tiver um avião e conseguir vender os bilhetes a 600 euros, mais me vale fazer uma só viagem do

que fazer três viagens com bilhetes a 150 ou 200 euros. O interesse das companhias aéreas é fazerem menos voos com maiores rendimentos, menos esforços e menores investimentos. Enquanto permitirmos as condições para que os preços estejam assim tão altos, estamos obviamente a dizer que não queremos mais voos.

Conselheiro José Azevedo (AAIT): Quando pretendemos viajar para outra ilha, temos alguma dificuldade em conseguir voo mesmo que façamos a reserva com alguma antecedência e se reservarmos a poucos dias do voo, corremos o risco de ficarmos em terra. Quanto a mim, há duas soluções possíveis para a ilha Terceira: um maior número de voos diretos ou os reencaminhamentos a custo zero com lugares garantidos. Os reencaminhamentos funcionaram relativamente bem mas dependiam dos lugares disponíveis nos aviões entre São Miguel e a Terceira.

Algumas companhias deixaram de operar diretamente para as Lajes e não houve um reforço das ligações ao *hub* de Ponta Delgada, por isso creio que o Conselho de Ilha deve manifestar-se no sentido de um reforço dos voos diretos para a Terceira e um maior número de lugares disponíveis de reencaminhamento a custo zero, senão o turista acaba por ficar onde a sua carteira o permite.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Há aqui alguma discordância em relação ao custo zero. Quanto mais o artificializarmos, mais desconforme o sistema fica e é importante criarmos condições para uma verdadeira abertura deste mercado. Se criarmos regras que façam aumentar o preço, estamos a fazer com que haja menos voos porque se ganha menos dinheiro, voando mais vezes. Não podemos criar regras que distorçam ainda mais a realidade e os turistas devem pagar os preços que reflitam os respetivos custos.

Temos duas regras diferentes aplicadas aos mesmos aviões: uma pseudoliberal para quem vem de fora, que é regulada por uma entidade, e outra que é regulada por quem está cá dentro. O facto de ser o Estado a pagar as tarifas dos residentes é que faz disparar o preço das viagens. Se tivéssemos que pagar 700 ou 800 euros, simplesmente não viajaríamos, os aviões ficariam rapidamente vazios e o assunto ficaria resolvido por outra via. Por outro lado, se pagássemos um preço razoável daqui para São Miguel em vez dos 60 euros, talvez viajássemos menos, os aviões teriam mais lugares disponíveis e os preços seriam outros. Não podemos querer regras favoráveis para os que cá moram e permitir uma outra regulação para os que vêm de fora. O avião é o mesmo e a pessoa que estiver sentada ao meu lado, talvez tenha pago dez vezes mais do que eu.

Do meu ponto de vista, não vale a pena criarmos ainda mais distorção e temos que abrir sabiamente este mercado, o que passa por repensar profundamente toda a situação. Se não abolirmos as regras internas, as externas também não irão funcionar.

Conselheiro Pedro Pinto (deputado do CDS-PP na ALRAA): Muito bom dia senhor presidente da Mesa e senhores conselheiros.

Todos os sistemas têm as suas vantagens e inconvenientes. Era um problema quando não tínhamos o espaço aéreo liberalizado para a Terceira e para São Miguel e agora que o liberalizámos, continua a ser um problema. Não estou a dizer que sou um acérrimo defensor da liberalização mas também não defendo o sistema anterior em que uma viagem da Terceira para Lisboa chegava a custar quase 300 euros, depois baixou para cerca de 180 e quando surgiu a liberalização, as pessoas ficaram muito felizes porque podiam viajar por 30 euros ou até menos.

Os residentes nos Açores têm um preço máximo fixado em 134 euros e as companhias praticam preços superiores para aqueles que quiserem beneficiar de toda a tarifa de residente, podendo transportar 23 kg de bagagem de porão e alterar a viagem quantas vezes entenderem. Optando por viajar nas companhias *low cost*, as pessoas procuram comprar o bilhete mais barato; levam a mochilazinha que colocam debaixo do assento da frente, não reclamam e vão todas contentes e felizes para Lisboa por 20 ou 30 euros.

Neste nosso debate temos que perceber bem do que estamos a falar porque, se por vezes posso viajar apenas com uma mochila, outras há em que tenho que levar uma bagagem de cabine ou de porão. Também já me apercebi que a TAP e a SATA, que são companhias nacionais, estão já com preços competitivos ao nível da *low cost* que viaja para cá, sendo por vezes mais barato viajar nas nossas companhias do que propriamente na *low cost* que, salvo erro, cobra mais 25 euros para que possamos levar o *trolleyzinho* de 8 kg na cabine, o que significa que o preço cobrado pelas companhias nacionais que inclui o *trolley* de 8 kg na cabine é inferior ao preço combinado da tarifa cobrada pela companhia *low cost*.

Não nos podemos queixar muito deste sistema por comparação com o que acontecia antes de 2015 em que desembolsávamos um valor muito superior numa viagem de avião daqui para Lisboa. Se eu quiser viajar amanhã, poderei não encontrar uma tarifa de 20, 40 ou 50 euros, restando apenas as de 500, 600 ou 700 euros, mas consigo preços mais em conta se programar a minha viagem com alguma antecedência.

Creio que tudo isto deve ser posto em cima da mesa nas considerações que fazemos sobre o modelo de transportes aéreos que temos. Toda a gente aplaudiu e ficou muito feliz com a liberalização mas o reverso da medalha é que as companhias voam para onde há mais clientes. Infelizmente para nós, concentram um maior número de ligações aéreas na ilha de São Miguel, o que nos cria de antemão problemas de acessibilidade para os residentes e para os turistas. Havendo menos lugares disponíveis, os preços sobem e a equação torna-se difícil.

Não nos podemos esquecer que temos o mercado liberalizado. Todos os que estão presentes neste Conselho de Ilha têm consciência que a RYANAIR recebe dinheiro para voar para cá, tal como recebe para voar para Ponta Delgada, para o Funchal, para Faro ou para o Porto, e quando não recebe diretamente, beneficia de algumas facilidades. No *hub* do aeroporto Francisco Sá Carneiro há facilidades que são concedidas à companhia. Pode não ser uma troca financeira direta mas as facilidades representam dinheiro.

Lembro o chavão «não há almoços grátis» e é tudo uma questão de abrir os cordões à bolsa. Não acho que o modelo antigo fosse propriamente o melhor e podemos considerar que o atual não nos está a servir e precisa de ajustes, mas tenho as minhas dúvidas que o mercado, por si só, possa induzir esses mesmos ajustes. As empresas movem-se pelo lucro e ajustam a sua atividade comercial de forma a maximizarem os lucros e minimizarem os custos. A nossa realidade é o que é, a ilha Terceira tem 55 000 habitantes, as decisões do passado levaram a uma concentração da frota da SATA na ilha de São Miguel e tudo isto entra na equação.

A questão da autonomia e da devolução dos impostos que são cá cobrados para não andarmos sempre de mão estendida ao Governo da República é um debate recente e muito interessante, apesar de muito enviesado. Se é certo que esses impostos pertencem à região autónoma, não nos podemos esquecer que há taxas e impostos que ficam nas entidades nacionais e não são transferidos para a região. Os aviões que aterram na base das Lajes pagam taxas à Força Aérea Portuguesa, uma receita do Ministério da Defesa que não é transferida para o orçamento da região autónoma, apesar de ser cobrada no nosso território. A NAV, que é uma empresa pública nacional, cobra dezenas de milhões de euros às companhias aéreas que atravessam o Atlântico e passam pelo controlo aéreo de Santa Maria, uma receita que fica na República e não é transferida para os cofres da região.

Nenhum país ou região pode existir sem dinheiro que advém da cobrança de impostos e de taxas moderadoras da saúde, que é um serviço público mesmo que os utentes não ponham lá os pés. O ensino é obrigatório até ao 12.º ano mas sou do tempo em que, a partir do 9.º ano de escolaridade se pagava uma taxa moderadora através dos selos fiscais que esgotavam sempre na época de matrículas. As universidades continuarão a existir, mesmo que não tenham candidatos, e o pior que pode acontecer é o encerramento de cursos. Apesar de ser um custo a cargo do Estado português, para se estudar lá é preciso pagar uma taxa que tem o nome de «propinas». Se vamos a uma conservatória do registo civil, predial ou comercial, também pagamos uma taxa. Tudo isto são taxas que são cobradas pelo Estado e não são transferidas para a região autónoma.

Este debate que defende que a região deve viver dos impostos cá cobrados, deixando de estender a mão à República, é enviesado porque não leva em linha de conta toda esta riqueza que é cobrada pelo Governo da República na região autónoma dos Açores. Quando fizermos esse acerto, poderemos continuar o debate com essa linha de raciocínio; até lá, este «mas» muito grande tem que entrar na equação.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): A liberalização foi um bem enorme e é pena que tenha sido mitigada em vez de total. Repetindo o que já disse, quando impomos regras para alguns passageiros, o que temos é uma semiliberalização. Do meu ponto de vista, existem algumas regras que estão a desvirtuar aquilo que poderiam ser as vantagens da liberalização, que foi das melhores coisas que aconteceram no transporte aéreo nesta região. Devem ser retiradas as peias que ainda existem e é preciso resolver de uma vez por todas o assunto dos *gateways* que ainda não foram liberalizados. As posições são claras e creio que já dissemos o que tínhamos a dizer sobre o assunto.

As taxas destinam-se essencialmente a pagar a prestação de um serviço e não devem ser uma receita. Ainda assim e se o quisesse, a região tinha a possibilidade de regionalizar a maior parte dessas taxas e serviços, bastando olhar para o custo/benefício. Apesar de os impostos ficarem todos cá, o poder local é totalmente financiado pela República, entrando por ano na região cerca de 420 milhões de euros, muito mais do que todas as taxas e taxinhas e grandes tachos que se possam inventar.

As questões são estas e devemos olhá-las com frieza. Contudo, não quero dizer com esta minha intervenção que a República se deva desresponsabilizar dos custos. É uma questão de solidariedade e a situação está constitucionalmente consagrada, mas deve estar consignada de forma transparente nas transferências do Estado para a região no âmbito da lei das finanças regionais. Depois, temos a obrigação de gerir a nossa vida em vez de passarmos o tempo todo a dizer que a culpa é sempre do passado e da República porque tal não é aceitável e a autonomia não é isto. Quem vai para um determinado lugar, deve saber gerir e conhecer bem as contas, porque são todas públicas, e não é com a descida de impostos que se aumentam as receitas.

Meus senhores, a verdade é que temo pela autonomia porque a vejo claramente a desfazer-se no meio de toda esta tormenta que está aqui criada. Infelizmente, não vai ser este Conselho que vai resolver a situação e acho que a discussão entrou já na fase da inutilidade.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): Este problema não é de agora e esta desculpa sempre foi utilizada nos últimos quarenta anos, uns mais, outros menos quando lhes dá jeito. Concordo com o senhor conselheiro Álamo de Meneses e infelizmente a autonomia tem sido mal utilizada.

Conselheiro Pedro Pinto (deputado do CDS-PP na ALRAA): O senhor professor Álamo de Meneses, presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, esqueceu-se de referir que temos um lastro de 3,6 mil milhões de euros de dívida, seja regional ou das empresas públicas. A redução de impostos afeta a verba disponível do Governo para o que for necessário mas também é um dinheiro que fica nas empresas e nas famílias, ajudando-as a viajarem para Lisboa.

Conselheiro Marcos Couto (presidente da Mesa): É importante lembrar que estamos unidos neste Conselho para defendermos exclusivamente os interesses da ilha Terceira, devendo deixar outras quaisquer análises para os locais mais adequados. Pedindo desculpa a todos por ter que me ausentar, passarei a condução dos trabalhos para o senhor conselheiro Paulo Luís, vice-presidente da Mesa. Continuação de um bom dia para todos.

Conselheiro Valter Peres (em representação da AMPV): Muito bom dia a todos os senhores conselheiros.

É importante sublinhar mais uma vez que nos devemos focar nos assuntos que dizem respeito à ilha Terceira, deixando as discussões das questões parlamentares para o lugar certo que é o parlamento. As questões que foram aqui muito bem explicadas pelo senhor professor Álamo de Meneses e pelo senhor presidente da Mesa, são sempre muito evidentes para nós, mas

parece-me que as coisas vão piorando consoante o tempo passa, por isso é importante que rememos todos para o mesmo lado.

Quando este Conselho de Ilha foi constituído, houve um conselheiro que disse para deixarmos de lado as questões partidárias e discutirmos os interesses da ilha Terceira. Tem havido efetivamente algumas intervenções nesse sentido mas lamento que alguém ache que deva vir aqui fazer o contraditório. Não é o contraditório que está em causa e o que me interessa é que continuemos a lutar em prol da nossa ilha. Concordo totalmente com o que foi aqui dito pelo professor Álamo de Meneses e gostaria que a minha opinião ficasse registada.

Conselheiro Nuno Melo Alves (em representação da AMAH): Muito bom dia senhor vice-presidente da Mesa, caros conselheiros.

Ainda a respeito da pseudoliberalização dos transportes que foi feita, gerou-se de facto alguma concorrência entre companhias aéreas, mas consolidou-se o monopólio na gestão dos aeroportos em quatro dos cinco *gateways*, o que é muito preocupante e transversal a nível nacional, inclusive na gestão entre os aeroportos de Lisboa e do Porto.

O senhor presidente da Câmara Municipal de Angra referiu e muito bem, a vontade das companhias aéreas em reduzirem o número de lugares para os venderem mais caros, o mesmo tipo de sufoco que é praticado pela entidade estrangeira que gere quatro *gateways* na região ao pretender otimizar as suas receitas, o seu quadro de pessoal, etc.

As preocupações que foram aqui abordadas não devem servir de desculpa para que este assunto não seja analisado com alguma ponderação em termos de alternativas porque todos constatamos que a ilha Terceira não está a ser devidamente servida em termos de ligações aéreas.

Conselheiro José G. do Álamo de Meneses (presidente da CMAH): Quero manifestar a minha concordância com esta última intervenção do senhor conselheiro Nuno Melo Alves por se tratar de um outro problema já debatido neste Conselho de Ilha que gerou um documento sobre a gestão aeroportuária que foi aqui aprovado por unanimidade e enviado ao Governo Regional.

A ilha Terceira está claramente em desfavor porque uma boa parte da concorrência é feita através da promoção aeroportuária. Quem tem empresas de compenetração internacional consegue uma presença e uma voz que estão longe do nosso alcance, por isso esta situação precisa de ser vista e revista no sentido de uma integração do nosso aeroporto numa das grandes redes internacionais.

Os aeroportos mais isolados estão claramente numa situação de desfavor no contexto da concorrência que também se faz na promoção de rotas. Ao promovermos essas rotas apenas com os dinheiros públicos e com os conhecimentos que temos, não conseguimos competir com as grandes empresas internacionais porque este é um trabalho profundamente especializado que não pode ser feito por qualquer um.

Este Conselho aprovou por unanimidade há uns tempos, uma proposta de integração do nosso aeroporto numa gestão desta natureza, um assunto que continua em cima da mesa. Os aeroportos mais pequenos não são propriamente os lugares mais atrativos, contudo vale a pena continuarmos a tentar, deixando de inventar soluções locais que não são competitivas no mercado global.

Nada mais havendo a tratar, a reunião deu-se por encerrada por volta das 11h50m do dia 18 de maio de 2023, da qual se elaborou a presente ata que vai assinada pelos membros da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira.

Os membros da Mesa:

Marcos Duarte Machado do Couto

Paulo Manuel Martins Luís

José António Sozinho Azevedo

Tânia Gil da Rocha Lemos